

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA/MG****179ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 11 DE JUNHO DE 2026.**

1 Ata da 179ª (centésima septuagésima nona) reunião do Comitê de Investimentos realizada aos
2 onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às oito horas, na sede do Instituto de
3 Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa – IPREVI. A reunião foi
4 coordenada pela Diretora Financeira Eliane Antônia dos Reis Pereira contando com a presença
5 dos membros do Comitê de Investimentos Clarice Pereira de Paiva Ribeiro, Luis Roberto Andrade
6 e Monique da Silva Santana. A reunião iniciou-se com os seguintes assuntos pautados 1 – *Análise*
7 *do retorno dos investimentos em relação à meta atuarial do mês de maio de 2026*, 2- *Análise da*
8 *carteira de investimentos e alocação de novos recursos*, 3 - *Assuntos gerais*. Diante da análise dos
9 relatórios de investimentos apresentados, verificou-se que o patrimônio da carteira do Instituto
10 fechou o mês de maio de 2026 com um total de R\$165.182.119,95, resultando um retorno
11 negativo de 0,3496%, o que correspondeu a uma rentabilidade negativa de R\$581.904,74. Foi
12 aplicado, neste período, o montante de R\$3.376.663,96 e resgatados R\$672.597,94. Registra-se,
13 ainda, que na data de realização da presente reunião nem todos os relatórios financeiros e
14 demonstrativos necessários à consolidação das informações do período encontravam-se
15 devidamente encerrados e disponibilizados pela consultoria responsável, razão pela qual não foi
16 possível realizar, nesta oportunidade, a apuração definitiva do atingimento da meta atuarial
17 referente ao mês em análise. Dessa forma, a avaliação conclusiva acerca do desempenho da
18 carteira em relação ao cumprimento da meta atuarial será realizada oportunamente, tão logo sejam
19 finalizados e disponibilizados todos os relatórios técnicos necessários à completa análise pelo
20 Comitê de Investimentos. A carteira dos investimentos, no mês analisado, encontrava-se assim
21 distribuída: Títulos Públicos de emissão do TN, Art. 7º, I: R\$75.886.834,42 (45,9405%), Renda
22 Fixa (SELIC) Art. 7º, III: R\$3.391.634,72 (2,0532%); Renda Fixa (CVM) Art. 7º, V:
23 R\$49.515.280,60 (29,9760%); Fundos de Ações (CVM) Art. 8º, I: R\$31.947.343,29 (19,3402%);
24 Fundos de Ações (BDR/ETF), Art. 8º, III: R\$822.422,60 (0,4978%) e investimentos estruturados
25 classificados como multimercado, Art. 10, I: R\$3.618.604,32 (2,1906%). Após análise, constatou-
26 se que a carteira mantém-se em conformidade com os limites de alocação permitidos pela
27 Resolução CMN nº 5.272/2025 e pela Política de Investimentos vigente. Ressalta-se que o
28 segmento de renda fixa apresentou resultado positivo acumulado de R\$1.327.747,07,
29 correspondente à rentabilidade de 1,0362%, demonstrando estabilidade e aderência ao cenário
30 econômico doméstico. O segmento estruturado apresentou retorno positivo de R\$197.295,07, com
31 destaque para o fundo Western Asset US Index 500, que registrou valorização de 5,7667% no
32 período. Em contrapartida, o segmento de renda variável apresentou desempenho negativo de
33 R\$2.106.946,88, influenciado principalmente pelas perdas registradas nos fundos Oceana Valor,
34 Rio Bravo Financeiro Ações, Az Quest Small Mid Caps, Meta Valor FIA e demais ativos expostos
35 ao mercado acionário nacional, impactando negativamente o resultado consolidado da carteira.
36 Analisando o cenário econômico, observou-se que o Banco Central revisou as expectativas

37 econômicas para o exercício de 2026, projetando taxa Selic entre 13,00% e 13,50% ao ano e
38 inflação medida pelo IPCA próxima de 5,09%, ultrapassando o teto da meta estabelecida para o
39 período. Foi destacado que o cenário doméstico ainda exige cautela dos investidores, tendo em
40 vista a manutenção das pressões inflacionárias, a persistência de juros elevados e a necessidade de
41 adoção de estratégias pautadas no equilíbrio e na visão de longo prazo. O IPCA do mês de abril
42 foi de 0,67%. No acumulado dos últimos 12 meses, este índice alcançou 4,39%, permanecendo
43 em trajetória de elevação. No cenário internacional, foram discutidos os impactos decorrentes da
44 manutenção de juros elevados nas principais economias mundiais, bem como a continuidade das
45 incertezas relacionadas aos conflitos geopolíticos internacionais, especialmente seus reflexos
46 sobre o preço do petróleo, inflação global e fluxos de capitais nos mercados emergentes.
47 Destacou-se que o ambiente externo permanece marcado por elevado grau de incerteza, exigindo
48 cautela e acompanhamento permanente por parte dos gestores institucionais. Ao longo do mês, os
49 títulos de renda fixa representados pelo índice IRF-M, apresentaram rendimento de 0,68%,
50 enquanto os títulos indexados à inflação, representados pelo índice IMA-B, apresentaram
51 rendimento de 0,31%. A bolsa brasileira, por sua vez, representada pelo índice Ibovespa,
52 apresentou desvalorização de -7,23%. Já o CDI, experimentou um rendimento de 1,07%. A Bolsa
53 Americana, representada pelo índice S&P 500, apresentou rendimento de 5,15%, enquanto o dólar
54 (PTAX) apresentou valorização de 1,37% no mês, cotado a R\$ 5,05. Dando prosseguimento à
55 pauta, foi informado aos membros que, em cumprimento ao disposto no artigo 18 da Lei
56 Complementar Municipal nº 04/2025, de 04 de dezembro de 2025, foi providenciada a abertura de
57 conta bancária específica destinada à movimentação financeira do Fundo Especial da
58 Procuradoria do IPREVI. Salienta-se que a referida conta foi aberta junto à Caixa Econômica
59 Federal, Agência nº 0164, vinculada ao Produto 3703, sob a Conta Corrente nº 568465789-0, com
60 a identificação “IPREVI Fundo Procuradoria”. Foi destacado que a medida visa assegurar a
61 adequada segregação financeira e contábil dos recursos vinculados ao referido fundo, fortalecendo
62 os mecanismos de controle interno, rastreabilidade das movimentações financeiras, transparência
63 administrativa e observância das disposições legais e normativas aplicáveis à gestão
64 previdenciária do Instituto. Na sequência, foi apresentada atualização acerca do processo de
65 credenciamento e atualização cadastral das instituições financeiras vinculadas à carteira de
66 investimentos do Instituto. Registrou-se que algumas instituições ainda apresentam pendências
67 documentais relacionadas aos processos de credenciamento, já tendo sido encaminhadas
68 comunicações formais solicitando a regularização dos documentos faltantes. O Comitê ressaltou a
69 importância da manutenção permanente da conformidade documental de todas as instituições
70 financeiras autorizadas a receber recursos do RPPS, em observância às exigências normativas
71 aplicáveis. Posteriormente, os membros discutiram proposta preliminar relacionada a fundo de
72 investimento apresentado recentemente ao Instituto. Após análise inicial, deliberou-se pelo
73 encaminhamento da documentação técnica à consultoria especializada Di Blasi Consultoria
74 Financeira, para emissão de parecer técnico quanto à viabilidade, enquadramento normativo,
75 aderência à Política de Investimentos e compatibilidade com o perfil de risco atualmente adotado
76 pelo Instituto, não havendo qualquer deliberação referente à aplicação de recursos nesta
77 oportunidade. Prosseguindo os trabalhos, foi debatido o estudo Asset Liability Management –
78 ALM, destacando-se sua importância como ferramenta de gestão estratégica voltada ao

79 alinhamento entre os ativos financeiros atualmente existentes na carteira e os passivos atuariais
80 futuros projetados para o Regime Próprio de Previdência Social. Os membros reforçaram a
81 necessidade de manutenção permanente do monitoramento atuarial e financeiro, utilizando o
82 estudo ALM como instrumento auxiliar no processo de tomada de decisão e na definição das
83 estratégias de longo prazo da carteira previdenciária. Em ato contínuo, a Diretora Financeira
84 informou que os repasses das contribuições previdenciárias do Fundo Financeiro encontravam-se
85 atualizados até a competência abril de 2026, enquanto os repasses do Fundo Previdenciário
86 encontravam-se atualizados até a competência março de 2026. Foi comunicado ainda que os
87 valores pendentes de repasse são por parte da Prefeitura Municipal de Viçosa, situação que
88 demanda acompanhamento contínuo pela gestão do Instituto, tendo em vista seus reflexos no
89 fluxo de caixa, na liquidez dos recursos previdenciários e no equilíbrio financeiro e atuarial do
90 regime. O Comitê registrou a importância da adoção das medidas administrativas cabíveis para
91 regularização das pendências identificadas e para o monitoramento permanente da arrecadação
92 previdenciária. Nada mais havendo a tratar, a Diretora Financeira declarou encerrada a reunião, às
93 nove horas e trinta e seis minutos. Integram a presente ata os documentos complementares que
94 subsidiaram as análises e manifestações deste Comitê. Registra-se que tais documentos
95 encontram-se devidamente arquivados no âmbito do Instituto, garantindo sua rastreabilidade, em
96 cumprimento aos princípios da transparência e publicidade, bem como aos prazos e exigências
97 estabelecidos nos normativos vigentes aplicáveis aos RPPS. Eu, Clarice Pereira de Paiva Ribeiro,
98 lavrei a presente ata, que após aprovada será assinada por todos os presentes e encaminhada à
99 Diretoria Executiva para as providências cabíveis. Eliane Antônia dos Reis Pereira – CP RPPS
100 DIRIG I [Assinatura], Clarice Pereira de Paiva Ribeiro – CP RPPS CGINV I [Assinatura], Luis
101 Roberto Andrade- CP RPPS CGINV I [Assinatura], Monique da Silva Santana - CP RPPS CGINV I
102 [Assinatura]